



NOVIDADES LEGISLATIVAS

Nesta Edição:

- Câmara dos Deputados discute alteração na Lei Anticorrupção;
- Câmara debate o estágio de implantação da logística reversa no país;

Câmara dos Deputados discute alteração na Lei Anticorrupção

A Comissão especial destinada a analisar o PL nº 3636/2015, que altera a Lei Anticorrupção, realizou audiência pública com a presença de representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), do Ministério Público Federal (MPF), Tribunal de Contas da União (TCU), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Controladoria Geral da União (CGU) e da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

O projeto tem como objetivo principal alterar a norma em vigor que trata do acordo de leniência. A legislação atual prevê que o acordo poderá ser celebrado pela autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública. O texto em discussão, por sua vez, atribui competência para celebração do acordo com a pessoa jurídica responsável por atos lesivos contra a Administração Pública aos órgãos de controle, ao Ministério Público e à Advocacia Pública.

Todos os debatedores convergiram que a pluralidade de atores fortalece os acordos, na medida em que há uma repercussão do que foi pactuado em outras esferas de responsabilizações extrajudiciais, o que traz celeridade e estabilidade jurídica na resolução desses conflitos.

O representante da CNI, Fábio Medina Osório, destacou o apoio do setor produtivo no fortalecimento da agenda de segurança jurídica para resolução de conflitos. Medina ressaltou que a efetividade dos acordos traz estabilidade ao meio empresarial, contribuindo também celeridade aos processos de investigação. O consultor levantou ainda que a adoção de medidas que incentivem acordos extrajudiciais é salutar para o adequado investimento empresarial.

Pela FIRJAN, Marlon Correa da Costa Gomes reiterou a importância de rever a legislação do acordo de leniência para prevenir que casos de corrupção impactem negativamente o setor produtivo. Ressaltou a importância da criação de estruturas de governança corporativa, que possibilitem a prevenção de atos lesivos ao interesse público. Edson Carlos Rocha da Silva, representante da CUT, complementou o debate expondo a preocupação dos trabalhadores com a situação de insegurança jurídica das empresas, que acaba repercutindo no elevado número de demissões.



Na visão de Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Subprocurador do MPF, os acordos devem contar com a presença do Ministério Público, especialmente na esfera penal, para garantir segurança à pessoa jurídica investigada. Para o TCU, o projeto equivoca-se ao não contemplar o seu protagonismo na elaboração do acordo de leniência. Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do Ministério Público junto TCU, sugeriu também a homologação judicial dos acordos de leniência.

Na próxima semana, 10/12, serão ouvidos pela Comissão o Ministro da Advocacia-Geral da União, Luis Inácio Adams, o Ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler e o Ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Dipp.

Câmara debate o estágio de implantação da logística reversa no país

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços – CDEICS, promoveu audiência pública sobre a implementação da logística reversa prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Estiveram presentes representantes dos principais setores e segmentos econômicos responsáveis pela implementação compartilhada da logística reversa, dentre eles representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Confederação Nacional da Indústria (CNI); da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro); da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); da Associação Brasileira de Supermercados (Abras); da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma); da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); da Associação Brasileira de Embalagem (Abre); e do Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa do Ministério do Meio Ambiente.

A CNI foi representada pelo Especialista Wanderley Coelho Baptista que ressaltou o posicionamento de que a CNI defende a implementação da PNRS por meio dos instrumentos e mecanismos definidos na lei, sendo importante reforçar os acordos setoriais e a responsabilidade compartilhada entre todos os setores envolvidos. Também apresentou elementos do estudo realizado pela CNI que identificou distorções tributárias nas cadeias produtivas de reciclagem que têm prejudicado a implantação da logística reversa. Por fim, defendeu que os custos da logística reversa, incluindo a coleta seletiva, transporte e disposição final devem ser distribuídos de forma proporcional entre todos os agentes responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos.

O deputado Renato Molling (PP/RS), autor do requerimento pela audiência, ao finalizar o evento destacou a importância da implementação dos acordos setoriais como principal instrumento para a viabilização da logística reversa.